



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PESQUISA

**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA – PIBIC CNPq/UFAL/FAPEAL**

RELATÓRIO FINAL

(2018 – 2019)

**TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA: MULHERES E CÁRCERE: UM ESTUDO
SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL ALAGOANO**

**TÍTULO DO PLANO DE TRABALHO (individual e diferenciado): DO
TRABALHO PRISIONAL FEMININO: DA PROTEÇÃO LEGAL À REALIDADE DO
ESTABELECIMENTO PRISIONAL FEMININO SANTA LUZIA EM MACEIÓ/AL**

NOME/UNIDADE/CAMPUS DO ORIENTADOR: Elaine Cristina Pimentel Costa /
Faculdade de Direito de Alagoas-FDA / A.C. Simões

NOME/CURSO DO BOLSISTA/COLABORADOR: Laysa Witória da Silva Oliveira /
Direito

	BOLSISTA CNPQ			BOLSISTA FAPEAL
	BOLSISTA UFAL		X	COLABORADOR

*NOME DA GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO (CNPq): Ciências Sociais Aplicadas

*NOME DA SUB-ÁREA DO CONHECIMENTO (CNPq): Sociologia Jurídica

RESUMO

A pesquisa realizada dá continuidade ao estudo da condição feminina de aprisionamento, no contexto do fenômeno sociopolítico do encarceramento em massa, que tem contornos específicos para as mulheres. Finalizado o primeiro ano da pesquisa (2017-2018), que teve por objetivo estudar a legislação internacional e nacional, bem como mapear as políticas públicas existentes no Brasil e em Alagoas, voltadas para as mulheres encarceradas, este segundo ano da pesquisa dedicou-se a dar voz aos sujeitos envolvidos – mulheres presas (provisórias e condenadas), integrantes da equipe de gestoras e gestores e de agentes penitenciários, femininos e masculinos e o quadro técnico de professoras, enfermeiras, assistentes sociais, psicólogas, médicos e outros – para analisar quatro dimensões relevantes do aprisionamento feminino: o trabalho prisional, os direitos sexuais, reprodutivos e a maternidade, a vivência da homoafetividade e a saúde mental. Essa segunda fase da pesquisa aprofundou estudos teóricos, mas uma vez já finalizada a análise documental (legislação e documentos públicos), buscou compreender, como as mulheres encarceradas vivenciam as políticas públicas de estudo e trabalho em execução no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia, no estado de Alagoas, a partir do olhar das próprias mulheres encarceradas e de outros sujeitos que atuam no cárcere, como gestoras e professoras. A pesquisa teve natureza qualitativa e as metodologias utilizadas envolveram observação não-participante e entrevistas semiestruturadas. O tratamento dos dados seguiu os caminhos da análise de conteúdo. Ao final, a pesquisa evidenciou aspectos importantes da dinâmica prisional no estado de Alagoas, notadamente acerca ao exercício dos direitos à educação e ao trabalho das mulheres em situação de encarceramento.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Políticas públicas.

INTRODUÇÃO e OBJETIVOS

A constatação de que as prisões femininas são espaços de segregação e de poder concebidos e administrados de forma androcêntrica, alheia às peculiaridades das mulheres, não é propriamente uma novidade (PIMENTEL,2016). Em Alagoas é notável como políticas para as mulheres presas são implantadas com morosidade. Para todo o estado, o único estabelecimento prisional feminino, localizado em Maceió, é de segurança máxima, onde convivem no mesmo espaço mulheres condenadas por diferentes tipos de crimes. Mas não só isso: a posição geográfica dificulta as visitas as mulheres oriundas do interior do estado e de baixa renda.

Essas e outras características presentes no Santa Luzia desencadeiam uma série de consequências psicológicas e sociais nessas mulheres. Nesta perspectiva, a pesquisa se desenvolveu buscando compreender se os direitos fundamentais à educação e ao trabalho, pilares da reintegração social, estão sendo efetivamente assegurados minimamente durante o cumprimento de pena adequadamente, já que há uma certa divergência entre o conteúdo da letra da lei e a realidade observada no país, principalmente no sistema penal.

Para isto, foram realizadas entrevistas com mulheres presas no Estabelecimento Prisional Santa Luzia, bem como foi entrevistada uma das professoras e a gestão do estabelecimento. Através da narrativa das principais envolvidas, foi possível entender como é planejado, executado e como se dá a experiência do trabalho prisional feminino, bem como analisar a oferta e as condições de estudo às mulheres reclusas.

Para direcionar a pesquisa, foram utilizadas as legislações que asseguram direitos fundamentais às mulheres privadas de liberdade, no Brasil, como a Constituição Federal, a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) e a portaria do estado de Alagoas nº 913/2017 – SERIS, que dispõe sobre a organização da oferta de trabalho para pessoas privadas de liberdade e afins, como também referenciais sobre análise de conteúdo em pesquisas qualitativas.

METODOLOGIA

Nesta parte da pesquisa de campo através das entrevistas semiestruturadas construídas na primeira parte, como consta no relatório parcial. O projeto deste trabalho e todos os roteiros das entrevistas semiestruturadas, passaram pelo Comitê de Ética e foram devidamente aprovados para aplicação. Foram feitas visitas ao Estabelecimento prisional Santa Luzia para realização das entrevistas.

É importante ressaltar que esta pesquisa é qualitativa, mas também foi possível coletar os números mais recentes de mulheres envolvidas em atividades laborais dentro do estabelecimento. A escolha pelo estudo qualitativo foi bem explicado por Elaine Pimentel:

A opção pela ênfase num estudo qualitativo harmonizado com a análise de dados de natureza quantitativa impõe o envolvimento historicizado do/a pesquisador/a, a partir de parâmetros teóricos que guiam as técnicas de coleta de dados, as observações de campo, a análise documental e a análise de conteúdo, tudo isso permeado por percepções críticas, proporcionando a maturação da pesquisa e a formulação de conclusões que expressem o refinamento subjetivo do/a pesquisador/a. Essa perspectiva foi o norte para a condução dos trabalhos de campo (PIMENTEL, 2015, p. 73).

As cinco mulheres entrevistadas cumprem pena privativa de liberdade e as entrevistas foram realizadas na oficina do PROCAP (Projeto de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes), mais precisamente na mesa de corte das fardas. As mulheres do PROCAP e as mulheres da Fábrica da Esperança (espaço para oficinas de trabalho no sistema prisional alagoano) estavam juntas, pois a instrutora da fábrica estava substituindo a professora do PROCAP.

Todas elas se disponibilizaram com bastante paciência e atenção. As perguntas foram inicialmente sobre onde nasceram, idade e a experiência antes de estarem na condição atual. Em seguida tinham questões sobre a vivência durante o cumprimento da pena, envolvendo o projeto Lêberdade, estudo na escola do estabelecimento, trabalhos, cursos e as expectativas de futuro extramuros.

Já a entrevista com a professora foi feita na área externa do estabelecimento, num espaço com cadeiras de concreto e coberta onde ficam as visitas. A entrevistada foi bem solícita e respondeu todas as perguntas com clareza. O roteiro de perguntas era sobre o tempo de profissão, o trabalho desenvolvido dentro do sistema, sua perspectiva sobre as condições de desenvolvimento do ensino destinado às mulheres presas.

Também foi realizada uma entrevista com um membro da gestão na sua sala de trabalho e novamente não foram encontradas dificuldades no decorrer da entrevista e as

respostas acrescentaram a pesquisa da maneira esperada. As questões tinham o objetivo de entender como, na visão deles, estava ocorrendo o cumprimento dos programas estaduais de educação e trabalho no Estabelecimento Prisional Santa Luzia.

Não foi possível realizar entrevistas com as agentes penitenciárias. Apesar das tentativas, não houve disponibilidade de nenhuma integrante do grupo, embora no pré-teste, realizado antes da aplicação definitiva das entrevistas, tenham sido obtidas respostas importantes para esta pesquisa.

Todas as entrevistas foram executadas sem a utilização de gravador de voz. No entanto, todas as respostas para as perguntas, assim como características do ambiente e a etnografia das entrevistadas, foram anotadas com cuidado no diário de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A. As mulheres e suas vivências intramuros

Entre as mulheres entrevistadas, só uma é natural de Maceió. As outras são de cidades do Agreste e do Sertão de Alagoas. As idades delas variam entre 26 e 52 anos e apenas uma concluiu o ensino médio antes de entrar no sistema. As demais têm o ensino fundamental incompleto. Todas têm filhos e cobram que eles estudem. Quando perguntadas sobre a rotina fora do estabelecimento, as respostas são próximas: eram donas de casa e auxiliavam parentes nos trabalhos ou realizavam trabalhos informais.

Dentro do estabelecimento é comum ouvir elas falarem que procuram qualquer tipo de ocupação para se distrair e não ficar na mesmice dentro da cela. Apenas uma das entrevistadas não participa do projeto Lêberdade (remição pelo estudo através da leitura) por não saber ler. As outras relataram que pegaram o gosto pela leitura no projeto por ser uma fonte de conhecimento, da ampliação no vocabulário, uma forma de tirar dúvidas e, além de tudo isso, uma oportunidade de remição da pena. Elas falaram sobre os livros favoritos e mostraram entusiasmo ao falar sobre o projeto.

Em relação ao estudo, há muita reclamação das condições que envolvem as aulas. As salas de aulas não têm ventilação suficiente, não têm água para beber, nem banheiro. O quadro é apoiado em cadeiras e tem infiltrações nas salas. É uma sala por módulo e por isso todos os níveis de ensino ficam na mesma sala e no mesmo horário, o que compromete o aprendizado delas, por não conseguirem avançarem em diversos assuntos. No horário matutino as aulas são para as mulheres que estão no processo de alfabetização e não trabalham.

Um problema relatado pelas mulheres entrevistadas que estudam – já que duas das entrevistadas não estudam –, é a dificuldade de ir no banheiro ou beber água e voltar para aula, porque as agentes respondiam com rispidez quando chamadas e muitas vezes a condição para deixar sair era não poder voltar mais. Essa situação é, no mínimo, desproporcional ao ambiente escolar e que é colocado com o objetivo de ressocialização.

Quando perguntadas sobre a prova do ENEM PPL (Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade) três das cinco fizeram a prova e disseram que foi complexa e tinham diversos assuntos que elas não tinham visto ainda. Duas delas ficaram entre as 10 com nota para concorrer a vaga no vestibular e foram chamadas pela diretora para escolher duas opções de curso superior, mas depois disso não tiveram resposta sobre o resultado final, se foram aprovadas ou não. A participação na prova também conta na remição

(§ 5º do art. 126 da LEP, Lei n. 7.210/84) e uma das mulheres que não fez a prova se disse arrependida, porque não imaginou que precisaria do 100 dias de remição.

Foi unânime o desejo que elas têm de voltar a estudar quando estiverem em liberdade e já escolheram os cursos de graduação que irão fazer: Teologia, Farmácia, Direito e Enfermagem. A mulher entrevistada que não é alfabetizada disse que vai se matricular numa escola “porque nunca é tarde para aprender!”

No bloco seguinte de perguntas o tema foi trabalho. Uma faz o trabalho interno de limpeza, duas trabalham na fábrica e duas estão no Projeto Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes (PROCAP). A primeira não escolheu a função e só recebe remição da pena, mas disse que gostava e era a mais antiga trabalhando ali. Uma das que trabalham na fábrica escolheu a função e gostava de ir trabalhar, por gostar de costurar, pela distração e pelo café da manhã “reforçado”. A outra disse que passou seis meses no PROCAP e quando apareceu a oportunidade de emprego, ela foi sem saber de nada, aprendeu com o tempo e disse que se tivesse escolhido teria ido direto para o artesanato. Ambas recebem salário.

As mulheres do PROCAP se queixaram da pouca demanda que tem na oficina e conseqüentemente a ociosidade. Uma delas disse que solicitou o trabalho no artesanato e não ia demorar para ser transferida para fábrica. O PROCAP não tem remuneração, só remição.

A vigésima questão foi: Você considera o fato de ser mulher influencia as ofertas de trabalho? Se sim, como se dá essa influência? e as respostas foram:

- 1- “acho que não, os homens têm outros tipos de trabalhos mais pesado como fica capinando mato no sol, mas também podem trabalhar dentro do sistema”;
- 2- “é igualdade para todos, a mesma coisa , mas eles ter regalias a mais por causa do núcleo ressocializador”;
- 3- “não, acho não”;
- 4- “sim, eu acho que costuro combina com mulher, tem homem que costura, mas são poucos, é mais mulher mesmo”; 5- “Sim, corte e costura foi feito pensando nas mulheres porque somos mais caprichosas”.

Na continuação da entrevista a pergunta foi sobre como as demais mulheres que não estão em alguma ocupação laboral vêem elas que trabalham. As respostas foram próximas. Elas entendem que as mulheres têm inveja e não demonstram interesse real para desenvolver alguma atividade. Mas também foi observado por duas delas que um dos obstáculos para não ter mais mulheres na fábrica da esperança é a falta de conta bancária, que é um pré-requisito para iniciar um trabalho. A abertura da conta é realizada pelas famílias e é um processo oneroso e demorado, tornando-se inviável para muitas mulheres, seja pela condição socioeconômica, seja pelo empenho da família para isto.

Concluindo a sequência do roteiro, foi interpelado qual o objetivo do Estado. No entendimento delas, quando oportuniza trabalho e educação no estabelecimento prisional e as respostas foram muito ricas:

- 1- “é uma ocupação, é uma oportunidade de aprender o que não tem lá fora e fazer uma coisa legal pra gente. Muitas agradecem a oportunidade de ler e escrever que tiveram no presídio. Acho muito bonito quando uma pessoa diz que de alguma forma o sistema ajudou na vida da pessoa, porque é tão ruim quando você não sabe assinar o próprio nome e precisa melar o dedo com tinta pra assinar.”;
- 2- “acho que objetivo é que a gente tenha uma ressocialização melhor, pra gente sair melhor do que entrou, investem na gente para ver se criamos juízos. mas parece que eles acreditam que só os homens vão sair melhores porque só eles tem um núcleo ressocializador, as mulheres não tem”;
- 3- “pra ver se as presas querem alguma coisa com a vida, eu faço as coisas pra aprender e ter uma vida diferente, tem que querer. sair ressocializada”;
- 4- “o estudo é pra colocar a mente pra trabalhar, ocupar, porque se não fica só pensando em fazer coisa que não agrada a Deus, se matar, fica perturbada, minha mente é cheia, não tem espaço para coisa que desagrada o Senhor”;
- 5- “ressocialização, o Estado oferece oportunidade de trabalho fora daqui e isso é positivo, mas precisa criar convênios no interior, porque só tem em Maceió”.

Todas elas demonstraram entusiasmo com o retorno ao mercado de trabalho quando estiverem em liberdade e algumas pretendem continua trabalhando com a profissão que aprenderam dentro do Santa Luzia.

B. Educação pela ótica da professora

A professora foi entrevistada depois que terminou de ministrar a aula na modalidade “Educação de Jovens e Adultos” (EJA) no módulo dois. Ela estava com uma expressão cansada e um pouco desmotivada. Usava calça jeans, farda da Escola Estadual Educador Paulo Jorge dos Santos Rodrigues de cor azul e sapatilha creme. Está trabalhando no sistema prisional alagoano desde abril de 2018 e no Estabelecimento prisional Santa Luzia está desde julho de 2018.

Para ela, o ambiente destinado às aulas é inadequado, é uma “cela de aula”. Não tem banheiro e isso dificulta. Em relação ao comportamento das mulheres e a metodologia da aula, não é identificado contrastes significativos entre elas e turmas de escolas regulares.

Dois obstáculos são marcantes, relatados na entrevista, dentro do presídio: a burocracia para conseguir levar alguma novidade ou utilizar alguma mídia e a falta de autoridade da professora em sala de aula. Nas palavras dela:

A educação deveria ser o norte, meio de resgatar. Elas estão fora do mundo, e a educação no presídio é uma oportunidade fundamental que muitas delas não tiveram fora do presídio. O sistema deveria valorizar a educação pela importância na vida dessas mulheres e no resgate mesmo.

A professora não atua no projeto Lêberdade e por isso não quis responder às perguntas referente ao projeto, porém comentou sobre a vontade de trabalhar no projeto. Mas, por ser um trabalho voluntário e ter sido chamada em um concurso público, não conseguia conciliar. Contudo, a “Maleta de leitura” é outro projeto que, através de livros doados, no qual toda segunda-feira as mulheres escolhem um livro para ler e comentar sobre ele. Ela frisou o quanto as mulheres gostam de ler.

No fim da entrevista, ela comentou que as mulheres presas no Santa Luzia “pagam em dobro” a pena devido ao abandono dos companheiros, problemas estruturais do prédio e o preconceito. Disse que outras professoras e professores não indicam o trabalho no presídio feminino e existe muita comparação com o presídio masculino, por ter no masculino uma sala de aula com ar condicionado, eles podem ir ao banheiro sem dificuldade e têm água filtrada para beber.

C. A perspectiva de um gestor prisional

O entrevistado, Assessor do Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia, estava com muitos afazeres e constantemente entravam agentes ou advogados na sala solicitando alguma informação ou documentação. Não transparecia estar cansado. Ele trabalha no sistema penitenciário alagoano há 10 anos e no Santa Luzia há 2 anos. Ele falou que a aplicação de políticas públicas deveria ser mais efetiva, pois há muitos projetos, mas a falta quantitativa de agentes (no momento tem 10 agentes trabalhando por dia e o ideal seria 15 agentes por dia) dificulta realizar trabalhos, palestras e afins.

Na opinião dele, para aprimorar os programas e colocar em prática outros é fundamental o aumento do efetivo e o investimento em profissionais qualificados. Exemplificou com o projeto de um coral que não saiu do papel, porque a Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social quer que os profissionais atuem como voluntários.

Quando perguntado sobre dificuldades para oferta e execução de estudo e trabalho no Presídio Santa Luzia, foi respondido que para estudo não tem muitas dificuldades, mas para o trabalho tem a questão da conta bancária, por isso tem vagas de trabalho em aberto.

O procedimento tanto para estudar como para trabalhar é o encaminhamento à assistente social, preenchimento de formulário que será enviado para a Secretária de Estado da Ressocialização e Inclusão Social (SERIS), responsável por analisar as informações e alocar as mulheres no estudo e/ou no trabalho.

D. Dados quantitativos do estudo

Na tabela abaixo, apresentamos os dados sobre o trabalho das reeducandas do Estabelecimento prisional Santa Luzia de outubro de 2018 presentes no documento da Gerência de educação, produção e laborterapia e os dados de Julho de 2019, fornecidos durante a entrevista com o gestor. Das 234 mulheres cumprindo pena, apenas 44 estão envolvidas em alguma atividade laboral, o que representa aproximadamente 18,8%. Em 2016, a taxa no estado de Alagoas era de 23% e no Brasil a taxa era de 24%.

Julho/2019			
Mulheres no estabelecimento	Trabalho interno	Fábrica da esperança	PROCAP
234	5	29	10
Outubro/2018			
175	11	29	10

O trabalho interno se refere à limpeza, manutenção preventiva, organização, distribuição de alimentação, entre outras atividades. Durante as entrevistas o gestor comentou sobre o motivo da redução do número de mulheres na função dizendo que algumas das mulheres eram presas provisórias e como há uma rotatividade alta as vagas ficaram em aberto. Dentre as cinco que trabalham atualmente três recebem remuneração e duas só recebem a remição. Através dessas informações percebe-se a flexibilidade em torno desta função, visto que todas elas deveriam ser remuneradas e que também contam com mulheres que aguardam julgamento.

A fábrica da esperança são destinadas às mulheres aprendizes e auxiliares em serigrafia, filé, corte e costura, decoupage e pintura em tecido. Este número é baixo se comparado ao quantitativo de mulheres cumprindo pena e a principal justificativa apresentada foi a falta de conta bancária das mulheres, impossibilitando o recebimento da remuneração e consequentemente o preenchimento da função.

O Projeto Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes é voltado para corte e costura. Uma das entrevistadas comentou que a adesão baixa do projeto é devido à ausência de demanda suficiente para todas as participantes e, como já comentado anteriormente, é comum que elas evitem o ócio. Mas também ocorre em alguns casos a falta de interesse.

Assim nota-se que, mesmo sendo obrigatório o trabalho das internas, a grande maioria não tem acesso a este direito. E conhecendo a condição feminina no cárcere, supomos que muitas não terão acesso até a conclusão do período de cumprimento de pena, comprometendo

o objetivo da ressocialização através do trabalho. Esta mulher retornará à sociedade com pouca ou nenhuma perspectiva para alcançar a independência financeira.

Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Agosto de 2019			
Modalidades	Matutino	Vespertino	Noturno
Ensino fund. 1	18	16	0
Ensino fund. 2	12	17	0
Ensino médio	0	0	0
Ensino superior	0	0	0

Na tabela acima, organizamos os dados mais recentes sobre as mulheres que estão matriculadas e frequentando as aulas dentro do estabelecimento. Os números mostram que das 234 mulheres no estabelecimento, apenas 63 mulheres estão matriculadas, o que corresponde a cerca de 26,9% e o percentual de estudo de mulheres no estado de Alagoas em 2016 era de 6% e no Brasil no mesmo ano foi de 21%.

Os dados não são positivos e somente o ensino de primeiro grau está sendo oferecido como estabelece o art. 18 da LEP. O nível médio e superior não são ofertados do jeito que tivemos conhecimento no decorrer das entrevistas com as mulheres e a professora.

Como discutido no relatório parcial, sobre a importância do trabalho de campo para as ciências sociais e sobre a relevância das entrevistas para conhecer a interpretação dada pelas pessoas que passam pela realidade estudada, vimos o quão satisfatório é para elas ter uma pessoa interessada no que elas têm para falar e os dados coletados demonstram a responsabilidade que as mulheres tiveram ao responder as perguntas, bem como os problemas relacionados ao direitos à educação e ao trabalho no EPSL.

CONCLUSÕES

Uma das funções da pena é a reintegração social, quer dizer, o retorno da condenada ao convívio social pleno. Ensino, leitura e capacitação profissional são os meios para alcançar este objetivo fundamental da pena. Por isso, esta pesquisa teve por finalidade compreender a dinâmica envolvendo as atividades de trabalho e de educação dentro do Estabelecimento Prisional Santa Luzia pela narrativa, principalmente, das destinatárias destas políticas públicas e como isso influenciará nos passos extramuros que as mulheres privadas de liberdade darão depois destas experiências.

Firmadas as bases teóricas e construído os roteiros das entrevistas semiestruturadas, iniciou-se a pesquisa de campo. As visitas realizadas ao presídio auxiliaram numa compreensão mais completa do funcionamento do espaço, pois foi possível observar a atitude das mulheres quando estão na presença de agentes, o tratamento empregado pelas agentes com elas e comportamento de cada um desses grupos distanciados.

A importância desta produção científica reside na pertinência do tema para que as pessoas conheçam a realidade do sistema carcerário, especificamente no que diz respeito ao estudo e ao trabalho no cárcere, marcados pela cultura patriarcal.

O “ser mulher” já carrega consigo uma carga de opressão social e no, sistema prisional, essa marca é ainda mais forte. Historicamente, as mulheres privadas de liberdade são estigmatizadas na sociedade, porque rompem não somente uma norma penal, mas uma norma de gênero, ao violar expectativas de comportamento numa sociedade patriarcal.

Isto corrobora para a solidão e a ociosidade é extremamente evitada por elas. As formas encontradas dentro do sistema são: integrando grupos religiosos cristãos, que por vezes propagam valores conservadores e patriarcais para aquelas mulheres; participando de projetos de leitura (Lêberdade), como já explicado anteriormente; solicitando ingresso na escola, que atende somente o ensino fundamental; no PROCAP, onde são oferecidas aulas de corte e costura; na fábrica da esperança, atividades de artesanato, sem estímulo intelectual e realizando raros cursos profissionalizantes.

No entanto, boa parte das mulheres não possuem condições socioeconômicas mínimas, documentação completa e contas bancárias abertas. Este último é o principal obstáculo encontrado no Santa Luzia para alocação das mulheres em trabalhos remunerados. No trabalho interno, por exemplo, estão trabalhando 5 mulheres, mas só duas são remuneradas por terem contas abertas. As outras recebem só remição e não reclamam porque pelo menos estão com alguma ocupação.

É inadmissível que as mulheres tenham seu direito ao trabalho cerceado devido à burocracia para abrir uma conta bancária, quando hoje em dia conseguimos abrir contas até por aplicativos de *smartphones*. Essas mulheres que já são postas em um ambiente marcado pelo patriarcado, que reproduz os papéis esperados do feminino na sociedade conservadora nas ofertas de trabalho prisional, tem suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho reduzidas. Conseqüentemente, são distanciadas cada vez mais da possibilidade de empoderamento sobre suas habilidades intelectuais e sobre seus corpos. É importante que haja interesse estadual para viabilizar um número maior de mulheres nas atividades laborais remuneradas, dentro do sistema, ou seja, criando convênios necessários para facilitar os trâmites burocráticos cumprindo, mesmo que parcialmente, o objetivo da ressocialização.

A ausência de investimento estadual em quantidade satisfatória de profissionais qualificados gera sobrecarga os funcionários presentes, dentre eles agentes penitenciárias e professoras. A ausência de infraestrutura das salas de aulas impossibilita um progresso considerável no aprendizado das mulheres, e das celas, além da alimentação inadequada, da saúde mental comprometida, entre outros fatores que formam um conjunto de violações dos direitos das mulheres presas.

Apesar de todas essas dificuldades na garantia de direitos à educação e ao trabalho, foram comuns as falas de esperança no futuro diferente e próspero, na gratidão pelo aprendizado com os projetos de leitura, a oportunidade de conhecimento oferecido ali, e a ampliação mínima das possibilidades de sustento próprio. Essas pequenas conquistas têm grande impacto na realidade dessas mulheres, mas é preciso mais conquistas, e essa expectativa no amanhã as mantém viva naquele ambiente de abandono e solidão.

O discurso de reintegração social da mulher é manipulado pela sociedade patriarcal, de forma a ludibriar sobre o real objetivo, que é enquadrar as mulheres no molde feminino esperado por essa sociedade. Pois é impossível que haja o empoderamento feminino desvinculado da independência financeira. Formação educacional e profissional, mesmo dentro de uma prisão, no cumprimento de pena privativa de liberdade, devem preparar as mulheres para o mercado de trabalho, não para a reprodução de um modelo ultrapassado do feminino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a **Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em: 08 ago. 2019.

COUTINHO, Sérgio. **Metodologia para pesquisas jurídicas e sociais**. Maceió, Viva editora, 2013

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e Análise de conteúdo – Sentidos e formas de uso**. 1º ed. Príncipia editora, Lda, 2006.

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. Soraia da Rosa Mendes. - 2. ed. - São Paulo: Saraiva, 2014.

ONU. **Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras** (Regras de Bangkok), 2010.

PIMENTEL, Elaine. **Prisões femininas: por uma perspectiva feminista e interseccional**. Mulheres e violências: interseccionalidades/ Organização Cristina Stevens, Susane Oliveira Valeska Zanello, Edlene Silva, Cristiane Portela. Brasília, DF: Technopolitik, 2017.

PIMENTEL, Elaine. **As mulheres e a vivência pós-cárcere**. Maceió: EDUFAL, 2015

PIMENTEL, Elaine. **As marcas do patriarcado nas prisões femininas brasileiras**. In: Dossiê Punição e Controle Social: degradações carcerárias em América Latina e Europa. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), v. 02, n. 2, p. 169-178, jul./Dez., 2016.

PIMENTEL, Elaine. **As marcas do patriarcado nas prisões femininas brasileiras**. In: Dossiê Punição e Controle Social: degradações carcerárias em América Latina e Europa. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), v. 02, n. 2, p. 169-178, jul./Dez., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/11434/7219>>

Acesso em 28 de junho de 2019

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres, 2ª edição. Brasília: Ministério da Justiça e da Segurança Pública Departamento Penitenciário Nacional, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf> Acesso em: 02 de julho de 2019

Secretária de estado de ressocialização e inclusão social - SERIS. **Portaria nº913/2017** dispõe sobre regulamentação de procedimentos relativos ao trabalho de reeducandos no regime fechado. Diário oficial do estado de Alagoas. 30 de dezembro de 2017

Secretária de estado de ressocialização e inclusão social - SERIS. **Educação, Produção e Laborterapia.** Disponível em: <<http://www.seris.al.gov.br/educacao-producao-e-laborterapia>> . Acesso em: 02 de julho de 2019

PLANO DE TRABALHO INDIVIDUAL E DIFERENCIADO DO BOLSISTA OU COLABORADOR

TÍTULO DO PLANO DE TRABALHO: Do trabalho prisional feminino: a experiência das mulheres encarceradas e as narrativas institucionais da equipe de profissionais do Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia em Maceió/AL.

Objetivos do trabalho da estudante (ver Art. 20º, § 1º, Inciso V):

- Analisar as práticas institucionais e dinâmicas ao redor do **trabalho prisional** no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia,
- Coletar e mapear dados quantitativos e qualitativos sobre as **mulheres que trabalham** no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia;
- Compreender como **a experiência do trabalho** é vivenciado no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia a partir do olhar das próprias mulheres presas e da equipe de profissionais que atuam na unidade prisional.

Metodologia correspondente (ver Art. 20º, § 1º, Inciso VI):

As atividades a serem desenvolvidas transitarão entre a dimensão teórica e empírica.

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos, serão realizadas leituras de textos voltados ao tema do **trabalho** no cárcere, com o propósito de construir um referencial teórico sólido para guiar a posterior coleta e tratamento dos dados da pesquisa.

Na dimensão empírica, dois caminhos distintos serão percorridos. Primeiramente, a etnografia das dinâmicas do Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia, no que diz respeito ao **trabalho carcerário**. Quais as peculiaridades da custódia dessas mulheres? Há lugares e procedimentos específicos? Todos esses dados serão coletados por meio de observação não-participante e da aplicação de formulário a ser elaborado durante a pesquisa.

Para ter acesso às narrativas das mulheres presas (provisórias e condenadas), de integrantes da equipe de gestoras e gestores, de agentes penitenciários femininos e masculinos e de profissionais do quadro técnico (enfermeiras, assistentes sociais, psicólogas, médicas e outros), será elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada, que proporcionará a coleta de dados e informações relevantes, que serão trabalhados por meio dos referenciais teóricos da análise de conteúdo, permitindo compor uma interpretação ampla acerca do trabalho feminino realizado no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividades	2019						
	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Elaboração de relatório parcial	X						
Atividade realizada:	OK						
Aplicação das entrevistas com integrante da equipe de gestão, agentes penitenciários femininos e masculinos e profissionais do quadro técnico (Professora)				X			
Atividade realizada:				OK			
Aplicação das entrevistas com mulheres presas (condenadas) que trabalham e/ou estudam no EPFSL					X	X	
Atividade realizada:					OK	OK	
Tratamento dos dados coletados						X	
Atividade realizada:						OK	
Elaboração do relatório final							X
Atividade realizada:							OK